



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS  
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 140 NÚMERO 3068 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
JULHO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

## Heloísa Apolónia

É dirigente nacional do Partido Ecologista “Os Verdes” e dá cara pelas questões ambientais na Assembleia da República há mais de 20 anos. Heloísa Apolónia conversou com *A Voz do Operário* sobre os anseios e esperanças do movimento ecologista que enfrenta importantes batalhas. **págs. 8 e 9**



TRABALHO

## É absurdo 850 euros de salário mínimo?

O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, anunciou no 1.º de Maio a exigência de 850 euros de salário mínimo nacional. Esta posição foi duramente criticada pelas organizações patronais que entendem ser “ab-

surdo”. Mas de acordo com dados do INE se o salário mínimo tivesse sido atualizado desde a sua criação, tendo em conta a inflação e a produtividade, no próximo ano, teria alcançado os 1137 euros. **págs. 6 e 7**



## Manifestação contra normas laborais

A CGTP anunciou uma manifestação para 10 de julho contra as alterações à legislação laboral e convocou os seus ativistas para as galerias do parlamento durante a votação. A Intersindical considera inaceitável que o governo avance com a proposta de lei que a ser aprovada vai aumentar a precariedade entre os trabalhadores. **pág. 12**



## Demolições deixam moradores sem casa

Várias crianças da Quinta da Lage, na Amadora, foram para a escola e quando voltaram não tinham casa. A demolição de várias habitações naquele bairro deram que falar na Assembleia da República com os deputados a criticarem a autarquia PS por continuar a desalojar habitantes sem lhes dar alternativas. **pág. 11**



## A VOZ DO OPERÁRIO Junho em festa

Em junho, a Marcha Infantil deu cor à cidade e, antes das merecidas férias, o ano letivo terminou com alunos, funcionários e pais em festas nos diferentes espaços educativos. **págs. 4 e 5**



## Ex-juiz apanhado a manipular Lava Jato

É o maior escândalo desde que acabou a ditadura no Brasil. Sérgio Moro, ex-juiz e atual ministro da Justiça, foi apanhado em mensagens privadas, publicadas pelo Intercept, a manipular processo com procuradores para manter Lula da Silva na prisão impedindo-o de se candidatar nas eleições em que encabeçava as sondagens. **pág. 16**

## Lutar pela Erradicação da Pobreza

**Manuel Figueiredo,**  
Presidente da Direção

Realizou-se no dia 22 de junho o V Encontro Nacional do Movimento Erradicar a Pobreza, que teve como objetivo fazer um balanço ao trabalho desenvolvido e perspetivar as ações para 2019/2020.

O Movimento Erradicar a Pobreza apresentou em 2014 o seu Manifesto/Apelo com o lema “É necessária uma efetiva erradicação da pobreza, para uma sociedade justa e verdadeiramente solidária”.

O Manifesto/Apelo, que pode ser consultado na página da internet do Movimento (bem como outra documentação, incluindo contactos e forma de receber informação), foi subscrito por um importante conjunto de pessoas, muitas das quais “intervêm diariamente em diferentes áreas sociais, em permanente contacto e confronto com os dramas e os anseios de milhares de portugueses e das suas famílias”.

Nele se afirma que “a todo o momento somos confrontados com o desemprego de famílias inteiras, a fome e a miséria, a proliferação de baixos ordenados e reformas, os salários em atraso, os sucessivos cortes de salários, pensões e prestações sociais, o aumento das rendas de casa, as crescentes dificuldades de acesso a cuidados médicos e aquisição de medicamentos”.

Salienta que “já não basta ter trabalho e auferir o respetivo salário ou reforma, após uma vida de trabalho e de descontos, para evitar o empobrecimento e a pobreza”.

Concluindo que este é “o apelo de quem acredita que é necessário e possível um novo rumo para o país, no respeito pela Constituição da República Portuguesa, onde as prioridades sejam o pão e os direitos de quem trabalha, a produção e a justa distribuição da riqueza, o direito ao trabalho, ao salário, à educação, à saúde e à segurança social públicas, universais e solidárias, e que são parte integrante e inalienável dos direitos humanos e do progresso social”.

O movimento encontra-se estruturado em núcleos distribuídos pelo país, desenvolvendo uma atividade muito meritória pela erradicação da pobreza, designadamente na denúncia das suas causas.

Tem produzido e divulgado importantes documentos, incluindo estudos sobre

a pobreza a partir dos elementos publicados pelo INE, promovido e participado nas mais diversas iniciativas, nomeadamente debates com a participação de importantes personalidades ligadas ao combate à pobreza.

Tem igualmente privilegiado o contacto com as mais diversas instituições, designadamente organismos públicos, autarquias, paróquias, escolas e outras instituições com intervenção social.

Apresentou na Assembleia da República uma petição com mais de 7 mil assinaturas, recolhidas por todo o país, onde se refere que “a pobreza é a mais gritante injustiça que ameaça pôr em causa a nossa vida coletiva, tocando irremediavelmente na dignidade humana” e se recorda que “a evidência de tal situação levou a Assembleia da República, a aprovar duas resoluções (10/2008 e 31/2008), em que se assumiu “a missão específica de observação permanente e acompanhamento da situação da pobreza em Portugal, no âmbito parlamentar” e declarou “solenemente que a pobreza conduz à violação dos direitos humanos”.

No entanto, como refere a petição “a situação agravou-se assustadoramente, confirmada pelos números publicados pelo INE”, reclamando-se aos deputados que “renovem as decisões de 2008 e promovam políticas que ataquem as raízes da pobreza e tendam à sua erradicação”.

O debate parlamentar da petição ocorreu no passado dia 24 de janeiro, tendo contado com intervenções de vários deputados, que realçaram as suas preocupações e sugestões, no sentido de que haja um efetivo combate a este flagelo que afeta milhões de portugueses.

O Plano de Ação do Movimento Erradicar a Pobreza para 2019/2020 apresenta um vasto conjunto de iniciativas a decorrer ao longo do período, com realce para a organização das “II Jornadas Cidadania ativa para o século XXI” bem como para o assinalar de três importantes datas: 17 de outubro, Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos e dia 20 de fevereiro, Dia Internacional da Justiça Social.

A sua concretização implica o envolvimento de cada vez mais pessoas, de todos nós, salientando-se que esta luta ficou agora reforçada pelo facto de o primeiro objetivo inscrito na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU ser precisamente “erradicar a pobreza”.

## EDITORIAL

# A alternativa não passa pela maioria

Enquanto aproveitamos o verão para passear, estar com amigos ou tomar banhos de mar, o governo mantém a velha tradição de aprovar nas costas de todos nós normas que vão agravar a legislação laboral e aprofundar a precariedade. Com o apoio do PSD e CDS-PP. É a velha aliança dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros representados na Assembleia da República. São os partidos que assinaram com a troika o acordo que conduziu o nosso país ao poço sem fundo da miséria e da pobreza.

Foi a luta dos trabalhadores e a aritmética parlamentar que resultou das últimas eleições legislativas que permitiu uma configuração que obrigou o PS a negociar com a esquerda. Agora, incomodado com muitas das conquistas e avanços que se viu forçado a aprovar por pressão dos partidos à sua esquerda, pretende voltar à antiga lógica das maiorias absolutas. Dirigentes do PS já fazem apelos à boca cheia para que os eleitores lhe deixem mãos livres para fazer a política que entender, sem constrangimentos. Sabemos bem o que isso significa. Pretendem voltar à direita, que fez parte do ADN de todos os governos anteriores.

Cabe aos trabalhadores impedir que voltemos atrás. A alternativa que o país necessita passa por políticas efetivamente de esquerda. A reivindicação anunciada pela CGTP de 850 euros de salário mínimo não é absurda. Vários estudos indicam que o valor devia estar bem acima desse. Quando subiu para 600 euros este ano, os patrões disseram que a medida levaria à falência de muitas empresas mas a verdade é que não só ajudou a dinamizar a economia como houve crescimento do número de empresas. A habitual ladainha patronal serve tão somente para manter uma larga fatia dos trabalhadores com baixos salários enquanto os que acumulam lucros assobiam para o lado.

Nesta batalha que travamos por um mundo melhor para todos, o capitalismo assume-se como um problema transversal que tem de ser extirpado. Também na questão ambiental, a luta por um planeta sustentável faz-se combatendo a raiz do problema. Por muito que alteremos, e bem, os nossos comportamentos individuais, determinante é acabar com o sistema que promove as desigualdades sociais e a exploração do planeta.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária

Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional



ATIVIDADES

# Semana da família no pré-escolar

Sara Caetano, Educadora

Na primeira semana do mês de junho decorreu, no pré-escolar, a semana da família. Foi disponibilizado, às famílias, um horário das atividades a decorrer durante essa semana. Podiam, assim, escolher qual o horário que mais lhe convinha vir à escola. Durante a semana foram apresentados projetos técnicos (teatros), projetos de estudo, aulas de expressões e visita à exposição. A exposição estava dividida por áreas – escrita, matemática, experiências, expressão plástica e projetos. Esta ficará disponível até ao final do ano letivo.

As comunicações de projetos foram sempre muito preenchidas, pois estavam famílias e também crianças de outras salas a assistir.

Acreditamos que uma educação de qualidade se consegue mais facilmente com uma boa relação escola-família. Queremos, por isso, criar uma relação de proximidade entre ambas.

A intenção da semana da família, em detrimento do dia da família, era que todos tivessem oportunidade de escolher o momento que lhes fosse mais conveniente. Desse modo quase todas as famílias tiveram oportunidade de passar algum tempo na escola durante a semana. As crianças divertiram-se imenso com a presença das famílias, mesmo não estando a sua. Uma vez que as crianças conheciam a dinâmica desta semana, sabiam que, nou-



Atividades no ginásio da Graça

tro momento iriam ter alguém da sua família a assistir às dinâmicas. Foi muito interessante ver famílias a assistir a teatros/projetos de crianças que não eram as suas, incluindo de outras salas.

No final de cada dia, foram dinamizados workshops familiares. Marionetas para contar histórias, danças egípcias, yoga e culinária, foram os momentos dinami-

zados pelas próprias famílias. Estes foram momentos de partilhas e interações muito ricas.

O balanço desta iniciativa foi muito positivo, quer por parte das famílias, quer por parte da equipa pedagógica.

Ambicionámos que esta fosse uma semana cheia de laços, partilhas, descobertas e de muita animação. Missão cumprida!

## LITERATURA INFANTIL



Dora Batalim conversa com assistência

# Como escolher um bom livro

Sónia Alagoa, Educadora

No mês de maio, realizou-se na Voz do Operário um encontro sob o tema “Livros para a infância”, dinamizado pelas oradoras Dora Batalim (especialista em literatura), Margarida Botelho (autora e arte-educadora) e Andreia Brites (mediadora e crítica de leitura).

Sabemos que o livro infantil, nos dias de hoje, tem uma tarefa nada fácil que é fazer frente a novos brinquedos e às novas tecnologias. Por sua vez, a leitura é um prazer que

se adquire “apenas” lendo, ou seja, quanto mais cedo se começa a estimular o gosto pela leitura nas crianças, mais possibilidades existem dessa missão ser bem-sucedida.

Ler ou contar histórias aos filhos, desde que nascem, é uma excelente forma de os levar a gostar de ler. Para os pais, são momentos de aproximação, de afeto e de cumplicidade.

É verdade que atualmente existe uma vasta oferta de livros para todas as idades e todos os gostos. Se ao bebé e, posteriormente, à criança em idade pré-escolar, forem

proporcionadas oportunidades de brincar com livros, estes tornar-se-ão objetos do dia a dia, sem os quais não poderá passar.

Mas há livros e livros... há aqueles que chamam de imediato a nossa atenção pelas cores garridas, imagens extravagantes, desenhos em relevo ou letras gigantes; e outros que até passam despercebidos, mas que em termos de qualidade do conteúdo são fantásticos. Daí a importância de estarmos atentos na hora de escolher um livro e optar sempre pela qualidade e não pelo vistoso.

Num bom livro infantil cabe sempre a máxima “menos é mais”.

Considerando que a “qualidade” é passível de ser interpretada de várias formas, eis alguns aspetos que podemos ter em conta na hora de escolher um livro: o tamanho, o material de que é feito, se está bem escrito, a quantidade de imagens por página (como estão organizadas e se complementam ou não o que está escrito) e, por fim, se o objetivo do livro é adequado à idade dos leitores.

Não menos importante, todos os componentes de um livro (desde a primeira à última página, da capa à contracapa, da guarda à folha de guarda – presentes só em livros de capa dura) têm de ser trabalhados meticulosamente, para que não se sobreponham. Afinal, são todos relevantes.

Como defende a Dora Batalim: “um bom livro para crianças não deve infantilizar o mundo, mas sim respeitar a criança como um ser inteiro... os livros, muitas vezes, ajudam a explicar coisas que às vezes não temos palavras para elas”.

Ainda que a opinião da criança sobre determinado livro seja importante, quem tem a palavra final são os adultos que estão a escolher e, como tal, todos nós temos a obrigação de orientar as crianças nas suas escolhas e ensiná-las progressivamente a criar critérios.

## ESCOLAS

# Fim de ano nas escolas d'A Voz do Operário



Espaço Educativo da Baixa da Banheira



Espaço Educativo do Restelo



Espaço Educativo da Graça

O mês de junho marca o fim de um ciclo que todos os anos se fecha antes que outro se abra numa renovação coletiva que envolve toda a comunidade educativa d'A Voz do Operário. O ano letivo que agora concluiu terminou com a alegria que marca o princípio do verão. Foram muitas as festas que percorreram cada um dos espaços onde as crianças, funcionários e familiares constroem ao longo de cada período letivo uma nova forma de aprender.

Foi o caso da Margem Sul, onde os pais se organizaram para celebrar em festa. Procurou-se assinalar

um percurso de conquistas e de construção coletiva que ocorre em cada uma das escolas. Os arraiais, para além das típicas sardinhas que já fazem parte da festa, deram protagonismo ao convívio e à partilha em comunidade.

No Espaço Educativo da Baixa Banheira, houve uma apresentação das atividades associativas em parceria com a C.U.B. O Chinquinho. Já no Espaço Educativo do Lavradio, destaque para as danças sevilhanas.

Por sua vez, nos Espaços Educativos da Ajuda e

do Restelo, os arraiais ficaram também marcados pela alegria. Foi mais um ano em que se aproveitou a oportunidade para proporcionar às comunidades educativas momentos de convívio e descontração, onde se fortaleceram laços e se proporcionaram surpresas e partilharam conquistas.

No Espaço Educativo da Ajuda, tal como acontece desde há muito, a preparação e gestão do arraial ficou à responsabilidade das famílias, através da Associação de Pais. O início oficial deste dia sempre especial foi feito com a abertura da exposição que traduz alguns dos vários projetos concretizados ao longo do ano e da exposição integralmente dedicada ao acantonamento, que este ano se concretizou na cidade de Setúbal.

No espaço Educativo do Restelo, os presentes tiveram a oportunidade e o privilégio de assistir a dois momentos musicais muito especiais. A fadista Joana Amendoeira, sócia d'A Voz do Operário e membro da comunidade educativa do Restelo, cantou e encantou todos os presentes. Igualmente especial foi o momento musical proporcionado por Sebastião Antunes, amigo d'A Voz do Operário e autor de músicas conhecidas por muitos de nós.

No dia 29, realizou-se o piquenique que reuniu a comunidade educativa do Espaço Educativo da Creche da Ajuda, em mais um momento de aproximação e partilha entre as crianças e adultos que ajuda a concretizar e desenvolver o caminho de exceção que A Voz do Operário materializa.

## FESTAS DE LISBOA



Desfile nas ruas da Graça

## Marcha Infantil d'A Voz do Operário saiu à rua

Uma vez mais, as meninas e meninos da Marcha Infantil d'A Voz do Operário abriram as festas de Lisboa com as cores desta instituição. O aplauso unânime de milhares de espetadores nas três exibições efetuadas - no Pavilhão Altice Arena, na Avenida da Liberdade e n'A Voz do Operário - marcou a abertura das Marchas Populares pelas crianças d'A Voz que foram acompanhadas pelos atores e padrinhos, Beatriz Leonardo e Miguel Costa. O tema central da marcha deste ano esteve subordinado ao tema 'A Marcha é uma fantasia' e motivou conversas entre adultos e marchantes sobre o significado de fantasia com a conjugação do figurino que cada um envergava. Num ano em que o número de participantes atingiu recordes — 96 crianças inscritas — os marchantes desfilaram com doze enormes balões e um manjerico de grandes dimensões. Os fatos foram desenhados por Nuno Lopes, assim como o arcos, e produzido pelas mãos voluntárias de sócios, trabalhadores e mães. De acordo com Vítor Agostinho, diretor-geral d'A Voz, o projeto “que ano após ano cativa tantas crianças para o gosto pelas tradições de Lisboa e para a experiência de participar enquanto marchantes” foi mais uma vez conseguido pelo “empenhamento de todos, crianças e adultos”. “Estamos por isso todos de parabéns, com a certeza de que para o ano um novo projeto será elaborado para criar novamente esta magia da presença das crianças de Lisboa na sua festa da cidade”, sublinhou.

### Muita festa no Arraial Beco de Lisboa

Milhares de pessoas visitaram o arraial d'A Voz do Operário, conhecido por Beco de Lisboa, onde, durante várias semanas, as sardinhas, o caldo verde, as entremeadas, a imperial e o vinho tomaram conta da festa. O fado e a música popular, com exibições ao

vivo, agitaram as tardes e as noites de folia. Novamente, a harmonia das festas populares com o fado, sendo considerados por quem o visitou, o espaço onde se premeia e promove a canção de Lisboa, explicou Vítor Agostinho que não quis deixar de agradecer o contributo dos voluntários “que estiveram em toda a estrutura deste projeto, pois sem eles seguramente que não seria possível esta e outras iniciativas”.



Arraial Beco de Lisboa

## REFORMADOS

## Milhares no Piquenício do MURPI



Encontro realizou-se em Cuba

Foram mais de quatro mil as pessoas que participaram no 24.º Piquenício do MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos que se realizou em Cuba, no Alentejo, no dia 9 de junho. Dos quatro cantos do país, chegaram mais de 60 grupos de cantares das associações e organizações de reformados do Porto, Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém, Covilhã, Setúbal, Alentejo e Faro. Também d'A Voz do Operário. Ao longo do dia, atuaram, em três palcos distribuídos pelo Parque Manuel de Castro, onde não faltaram as sombras

Depois do almoço, Casimiro Menezes, presidente da direção do MURPI, dirigiu-se aos participantes, onde se encontravam também representantes do PCP, dos Verdes, da CGTP, da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto e do Movimento Democrático de Mulheres. “O que é que motiva, todos os anos, a crescente participação dos grupo culturais das associações e organizações de reformados nesta festa?”, questionou Casimiro Menezes. “Seguramente a confiança que depositam no MURPI, movimento ímpar e pioneiro na área dos reformados”.

Tendo em conta que a cultura é um direito à “expressão cultural”, à “solidariedade intergeracional” e à “preservação e valorização do nosso património cultural”, o dirigente reivindicou, entre outras medidas, “o financiamento por parte do Estado às atividades culturais desenvolvidas pelas associações e organizações de reformados”.

Destacou, ainda, as lutas travadas pelos reformados e pensionistas pela melhoria da situação social e económica, a valorização das pensões, a defesa de serviços públicos de qualidade, o combate ao isolamento e na promoção da mobilidade e o direito à saúde, com a defesa do Serviço Nacional de Saúde.

O momento político contou ainda com as palavras de João Português, presidente da Câmara Municipal de Cuba, não quis deixar de saudar os que “lutaram uma vida inteira”, “sujeitos à exploração, nos campos e nas fábricas”, para lhes recordar que até há bem pouco tempo, no anterior governo do PSD/CDS, tiveram lugar “cortes nos salários e nas pensões”, assim como “aumento de impostos”

“Hoje vivemos tempos um pouco diferentes”, prosseguiu João Português, destacando que o atual governo minoritário do PS “está condicionado por diversas forças políticas que o impedem de exercer a política que fazia quando era maioritário” e sublinhou a recuperação de direitos, o aumento das reformas e a atualização do aumento extraordinário das pensões.

## TRABALHO



1 em cada 10 portugueses empobrece a trabalhar

# É um absurdo exigir 850€ de salário mínimo?

Foi criado com a revolução de Abril e tem sido objeto de disputa todos os anos entre trabalhadores e patrões. As declarações de uns e de outros nas conferências de imprensa à saída das reuniões de concertação social ilustram os interesses em disputa. Este ano, com eleições legislativas à porta, o salário mínimo nacional promete transformar-se numa batalha entre os que resistem ao seu aumento e os que exigem melhores condições de vida. O certo é que dele dependem milhares de trabalhadores que não estão dispostos a continuar a ver a curva das desigualdades a aumentar.

## Bruno Amaral de Carvalho

Este ano, durante as celebrações do 1.º de Maio na Alameda, em Lisboa, o secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, anunciou a exigência de um aumento do salário mínimo nacional para 850 euros. Ou seja, mais 250 euros. Jornais, rádios e televisões receberam imediatamente a visita de todo o tipo de empresários e economistas que, de forma praticamente unânime, consideraram inconcebível tal reivindicação.

O histórico representante dos patrões e presidente da Confederação Em-

presarial de Portugal, António Saraiva, classificou o objetivo da CGTP à página Eco como “irrealista” e acrescentou que “um aumento de 42% do salário mínimo” era “um absurdo”. O dirigente patronal defendeu que “a política salarial das empresas deve ser consentânea com o crescimento económico, com a inflação, com a produtividade”.

Uma posição também sustentada por João Vieira Lopes, presidente da Confederação e Comércio e Serviço, que afirmou ao Público que o salário mínimo “deve ser estabelecido anualmente em função de critérios económicos, como a inflação, a

evolução do PIB e a produtividade”.

Mas se é verdade que os representantes dos patrões se insurgem, ano após ano, contra qualquer aumento, seja ele menor ou maior, como aconteceu no ano passado quando a CGTP exigiu 650 euros, mais 50 euros do que o proposto pelo governo, será certo que a exigência de 850 euros é um “absurdo” e é “irrealista”?

## Empresas cresceram com aumento do salário mínimo

Em sede de concertação social, as associações patronais bateram-se no ano

passado contra um aumento superior a 600 euros, como reclamavam os sindicatos, porque poria em causa a sobrevivência de muitas empresas. Este é, aliás, um dos argumentos usados, todos os anos, contra a subida do salário mínimo. Mas, na verdade, ultimamente, a tendência tem sido justamente a contrária. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de natalidade das empresas subiu ligeiramente e a taxa de mortalidade desceu. Mas há outro número importante que desmente a retórica patronal. Em 2017, os gastos com trabalhadores, segundo o Banco de Por-

tugal (BdP), foram, em média, 14,15% do total do que gastaram as empresas e na esmagadora maioria delas não foi além dos 20%. De acordo com a mesma fonte, o peso do pessoal nas contas nas grandes empresas não foi além dos 11,66%. O aumento do salário mínimo tampouco se veio a revelar uma catástrofe para a economia do país uma vez que veio dinamizar e aumentar o consumo e a procura interna que contribuíram para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 (3%), 2018 (2,4%) e 2019 (2,2%), segundo o Eurostat.

### Salário mínimo devia estar nos 1137 euros

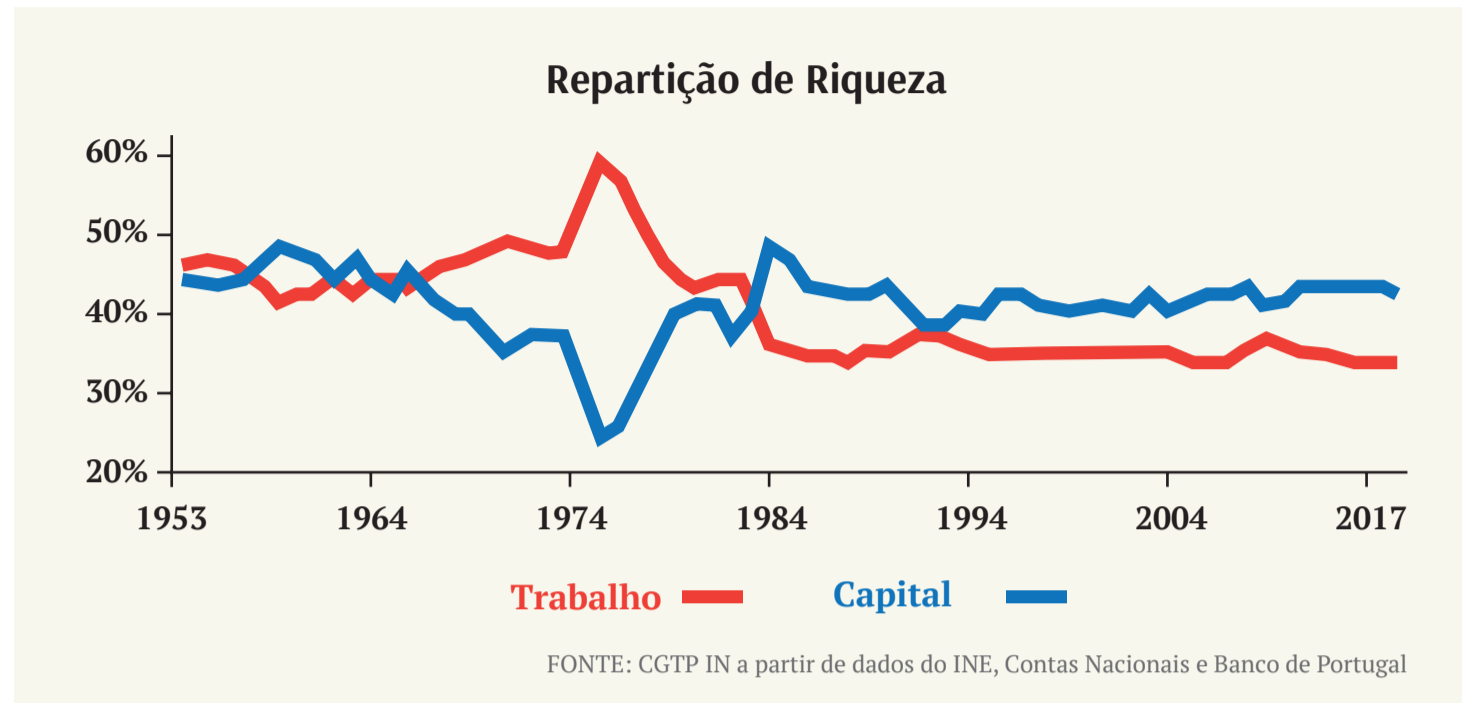
Mas o principal argumento arremessado invariavelmente pelas associações patronais é o de que o salário mínimo deve ser estabelecido em função da inflação e da produtividade. Em 2017, teve eco na imprensa o estudo “Rendimento Adequado em Portugal - Quanto é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?” realizado através de uma parceria entre várias universidades, entre as quais a de Lisboa e a Católica, e a Rede Europeia Anti-Pobreza. Os responsáveis pela investigação concluíram, nesse ano, que o rendimento adequado para um agregado familiar composto por dois adultos e dois menores devia ser de 2271 euros líquidos. Hoje, diz a CGTP, esse valor atualizado corresponde a 2297 euros, o que equivale a 1149 euros por adulto. Ou seja, 1430 euros brutos por mês.

Ora, de acordo com os dados anuais do INE, desde 1974, sobre inflação e produtividade, o salário mínimo nacional devia atingir no próximo ano 1137 euros. São números bem acima, ainda assim, daqueles que a própria CGTP agora propõe. Os referidos 850 euros que escandalizaram as organizações patronais.

### Só 34,6% da riqueza produzida vai para os trabalhadores

Contudo, se durante décadas os trabalhadores receberam abaixo destes indicadores, isso significa que o resultado da sua produtividade e da inflação dos preços se traduziu em receitas para as empresas. Por exemplo, se olharmos para a distribuição funcional da riqueza entre trabalho e capital, verifica-se que a evolução da massa salarial e o aumento do emprego travaram o agravamento da desigualdade deste indicador. Mas comparando, hoje, a parte do excedente bruto de exploração que vai para os salários com os números de 2000, verificamos que hoje é menor do que há 19 anos.

Portugal continua a ser um país marcado por uma profunda desigualdade. Uma das maiores contradições é a que se dá na repartição do rendimento entre o capital e o trabalho. Analisando aquilo que é produzido e aquilo que regressa aos bolsos através do salário, a conclusão



### Pobreza dos trabalhadores e desempregados

Ano de referência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Empregado</b>	10,3	9,9	10,5	10,7	10,9	10,9	10,8	9,7
<b>Desempregado</b>	36	38,3	40,3	40,5	42	42	44,8	45,7

FONTE: INE; valores em percentagem.

é que os que trabalham recebem apenas 34,6% da riqueza gerada e que para as empresas vai 41,8%. Esta realidade é tanto mais crítica quando as desigualdades no país significam, muitas vezes, pobreza. Mesmo quando se trabalha. Um em cada 10 portugueses empobrece a trabalhar. De acordo com dados do INE, percentualmente, houve um ligeiro decréscimo deste indicador nos últimos dois anos mas a subida substancial do salário mínimo contribuiria para uma resolução mais eficaz deste problema.

### Muito mês para pouco salário

A verdade é que com a subida do salário mínimo e com a não atualização geral dos vencimentos há cada vez mais trabalhadores a receber o valor salarial mais baixo permitido – quase 1/4 dos trabalhadores portugueses. Uma realidade que, no contexto nacional, é insuficiente para fazer frente às despesas de todos os dias. Também segundo o INE, o custo da habitação é o que mais pesa no orçamento familiar. Num inquérito às despesas com habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, entre 2015 e 2016, o mesmo instituto revelou que a média nacional paga por um casal era de 619 euros. Este valor não só ficava muito abaixo da média das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto como, desde então, os preços das casas

dispararam para números inimagináveis há poucos anos. Por exemplo, o governo estabeleceu no Programa de Arrendamento Acessível que o preço máximo por um T2 em Lisboa será de 1150 euros.

Há uma semana, a agência *Lusa* noticiou que Portugal registou, em 2018, um nível de preço de um cabaz comparável de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas quase em linha com a média da União Europeia (UE), segundo o Eurostat. De acordo com dados divulgados pelo gabinete estatístico europeu, em Portugal, o preço de um cabaz de compras é de 99% da média da UE. A Dinamarca (130%) apresentou o mais alto nível de preços de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, seguida pelo Luxemburgo e Áustria (125%), Irlanda e Finlândia (120%) e a Suécia (117%). No outro extremo da tabela, com os mais baixos níveis de preços, estão a Roménia (66%), Polónia (69%), Bulgária (76%), Lituânia (82%), República Checa e Hungria (85%). Em relação aos produtos que compõem o cabaz alimentar, em Portugal, o pão e cereais custam 98% da média da UE, a carne 85% e os ovos, leite e queijo ultrapassam a média (109%).

Ou seja, Portugal tem salários muito baixos, mais próximos dos países que têm os cabazes mais baratos, mas tem os preços dos produtos ao nível de países com salários mínimos bem mais elevados.

### Maior aumento desde 1977 em Espanha

Também em Espanha, que é o maior mercado com que Portugal se relaciona, os empresários contestaram a subida do salário mínimo. Quando António Costa decidia aumentar os trabalhadores que recebem a remuneração mínima em 20 euros, o governo espanhol aumentou o salário mínimo em 161 euros. O maior aumento em Espanha desde 1977. De 735,9 euros passaram a receber 900 euros.

### Salário mais elevado foi com Vasco Gonçalves

O salário mínimo foi criado um mês após a revolução de Abril, em 1974, e foi fixado em 3300 escudos. Foi um marco na luta por direitos laborais. Tinha o objetivo de “abrir caminho para a satisfação de justas e prementes aspirações das classes trabalhadoras e dinamizar a atividade económica”, lia-se no decreto-lei de maio de 1974, aprovado durante o governo liderado por Palma Carlos. Ao longo dos anos, o salário mínimo nacional foi perdendo valor real com o maior corte a ser protagonizado por Mário Soares em 1984. O auge do valor real foi atingido em 1975 durante o governo de Vasco Gonçalves que fixou o salário em 4 mil escudos.

HELOÍSA APOLÓNIA

# “Ao nível da ecologia não concebemos um movimento que não seja à esquerda”

A temática ambiental, resultante dos enormes desequilíbrios a que o mundo tem sido submetido nas últimas décadas, tem mobilizado crescentemente a população, incorporando abordagens multifacetadas e novos protagonistas. No entanto, tal adesão não parece acompanhar uma clarificação ao nível dos conceitos e enquadramento político das propostas emergentes. Quisemos falar com Heloísa Apolónia, deputada na Assembleia da República há mais de vinte anos pelos Verdes — primeiro partido ecologista nacional — no sentido de percebermos os anseios e esperanças do movimento ecologista e quais as principais batalhas do partido no contexto nacional.



Heloísa Apolónia, dirigente e deputada do Partido Ecologista Os Verdes

Rita Morais

**Qual é a identidade ideológica do PEV? Parece diferir muito de outros movimentos ambientalistas.**

A base ideológica dos Verdes é a ecologia política. Os ecologistas marcam muito os seus pilares de desenvolvimento da sociedade em três áreas fundamentais: ambiental, social e económica. E é da agregação destes três pilares que devem resultar políticas positivas para a promoção da qualidade de vida das populações, para a promoção do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade do nosso território. Um exemplo: para

nós, ecologistas, é incompreensível que o setor da água esteja em mãos privadas, que a sua gestão seja feita de acordo com a lógica do lucro. Já tenho ouvido alguns ambientalistas referir que a única coisa que importa garantir são parâmetros de qualidade da água e que tanto faz ela estar em mãos públicas ou privadas.

**Tem havido uma crescente notoriedade das questões ligadas ao ambiente e um crescimento de movimentos e partidos cujo programa é maioritariamente dedicado a estes temas. Mas o PEV não parece conseguir capitalizar esta situação.**

Estamos em crer que as pessoas se estão a dar conta, no

concreto, dos efeitos da inação de sucessivos governos, não só a nível nacional, mas a nível internacional.

Os Verdes intervêm há muitos anos sobre estas matérias e somos muito consequentes e muito coerentes. Agora, é verdade que temos um problema sério com o qual nos confrontamos, que é uma brutal discriminação por parte da comunicação social. Não há dúvida de que isso acontece mas não acontece com outros projetos. Facilita-se imenso a passagem da sua mensagem e isto cria uma desproporcionalidade e uma desigualdade na forma como as nossas propostas chegam às populações.

**Ainda sobre estes novos movimentos ambientalistas, é comum procurarem desligar-se de uma categorização política clássica de**



### **esquerda e direita, defendem a construção da proposta política muito subordinada a uma ideia de imparcialidade, tecnocrática. O PEV revê-se nesta ideia?**

Os partidos políticos são determinantes para a democracia. Mas é importante que cada partido seja caracterizado como aquilo que efetivamente é. Há aqueles que não se definindo ideologicamente, nunca deixam que os cidadãos saibam com o que podem contar: caem umas vezes para a direita, outras para a esquerda, outras nem sabem bem para onde é que hão-de cair, conforme as marés da opinião pública, dos comentadores políticos. Ao nível da ecologia nós não concebemos um movimento que não seja à esquerda.

### **la precisamente colocar-lhe essa questão, se é concebível um movimento ecologista que não tenha uma base de denúncia do atual sistema.**

Não, como é evidente. Este sistema capitalista é bastante depredador dos nossos recursos naturais e olha fundamentalmente para o lucro a curto prazo. Pode produzir-se muita legislação ambiental, que tudo o que toca estes interesses, o capitalismo rejeita. Vimos aquilo que se passou quanto aos organismos geneticamente modificados, onde a salvaguarda da saúde pública e da biodiversidade ambiental deu lugar aos interesses de multinacionais agroalimentares como a Monsanto. Verificamos o que acontece quanto aos apetites na área da privatização da água. E tantos outros. Portanto, não há um partido ou movimento ecologista que não queira contrariar este sistema absolutamente depalidador e injusto, no sentido de promover a sustentabilidade do nosso desenvolvimento. Não é possível fazê-lo à direita.

### **E acha que há uma relação entre o desligar ideológico destes movimentos e uma insistência de práxis muito individualizada?**

Há nitidamente. É evidente que o comportamento individual é determinante mas há uma outra vertente fundamental que muitas vezes esses movimentos esquecem que é a responsabilidade que o cidadão tem de exigir do poder político aquela que é a sua. O cidadão pode ter muito boa vontade em deixar o seu carro em casa e andar de transportes públicos, mas se não lhe for oferecida uma boa rede de transportes públicos compatível com os seus horários, necessidades e carteira, é evidente que o cidadão não faz essa opção. Esquecer esta vertente e desresponsabilizar o poder político, incutindo toda a responsabilidade no cidadão, não é correto. Outros partidos aqui na AR surgem sempre com o mesmo tipo de propostas: aumentar as penas em termos criminais, impor multas ou taxas aos cidadãos. Dou o exemplo dos sacos de plástico: parecia uma medida muito ambientalista! Os Verdes foram contra a aplicação dessa taxa, e aconteceu exatamente aquilo que dissemos que ia acontecer — como os sacos leves eram taxados e os mais grossos não, os hipermercados erradicaram os leves e introduziram os mais grossos, pondo-lhe um preço igual ao da taxa. O cidadão pensa que está a pagar a taxa ao Estado, quando na verdade está a pagar um preço ao hipermercado. Fez-se aqui um brutal negócio para os hipermercados que arrecadaram, de acordo com as contas do anterior governo, cerca de 40 milhões de euros. Já propusemos na AR que se erradicassem do mercado, progressivamente, as embalagens supérfluas, as que são mais de 20 vezes o tamanho do produto só para efeitos de marketing, que o mercado também ganhasse essa preocupação ambiental e adaptasse a sua oferta. A proposta foi rejeitada com os votos contra do CDS, do PSD

e do PS, porque no mercado não se pode tocar. Pede-se só ao cidadão que pague multas, que pague taxas e ao mercado não se pede rigorosamente nada.

### **Considera que o governo tomou as medidas adequadas para evitar que o cenário dos últimos anos se repita, no que toca a fogos florestais?**

Hoje há mais meios no terreno, quer numa lógica de prevenção, quer numa lógica de combate. Mas alterarmos a lógica de povoamento da nossa floresta é determinante porque esta ficou rendida às celuloses. Foi uma opção de sucessivos governos e, no fundamental, do governo anterior. Deixámos de ter uma floresta que primasse pela diversidade e logo pela resistência. Alterámos a lei da liberalização do eucalipto. Mas há uma questão fundamental sobre a qual o governo não atuou que tem a ver com o abandono do mundo rural. A Política Agrícola Comum (PAC) destruiu uma boa parte da nossa agricultura, tivemos milhares de hectares abandonados. É necessária a existência de zonas agrícolas que funcionem como zonas tampão, intercalares das zonas florestais, que promovam a presença de pessoas no interior, que promovam uma vigilância permanente das nossas florestas. Sempre que se en-

---

**“Este sistema capitalista é bastante depredador dos nossos recursos naturais e olha fundamentalmente para o lucro a curto prazo. Pode produzir-se muita legislação ambiental, que tudo o que toca estes interesses, o capitalismo rejeita.”**

---

cerrou um serviço público no interior do país, retirou-se potencial de fixação de população. Isto foi determinante para que os fogos florestais atingissem este nível de propagação.

Ainda sobre a PAC, um dos alertas que os Verdes têm feito prende-se com o que se está a construir no alentejo, e noutras zonas, que são as culturas agrícolas permanentes super intensivas. Há uns anos, para promover a eucaliptização do país, dizia-se que as monoculturas de eucalipto geravam muito emprego, criavam uma dinâmica económica muito importante na nossa floresta e depois percebeu-se qual foi o efeito dessa aposta. O país pagou muito caro, com vidas humanas, com destruição de habitações, de poupanças, de vidas inteiras, com a destruição do nosso património natural, material. Agora o mesmo argumento está a ser dado relativamente ao olival super intensivo. Um dos efeitos das alterações climáticas previstas para Portugal é justamente o empobrecimento dos solos e estamos a colocar culturas intensivas que promovem a sua saturação com facilidade, são esbanjadoras da utilização da água. Quanto mais densas são as culturas mais problemas fitossanitários têm, mais utilização de pesticidas é necessária, mais há contaminação de solos e de água, para além da contaminação e poluição

direta que as populações sentem. É esta visão comezinha de curto prazo, muito economicista, que é incompatível com uma visão ecologista do desenvolvimento.

### **Nesta linha de ordenamento do território, os Verdes consideram que a ferrovia desempenha um papel muito importante. Têm insistido em propostas contrárias à visão dominante. São viáveis, tendo em conta o avanço que se deu no desmantelamento de linhas e do grande investimento que foi feito na rodovia?**

Claro que sim. É uma questão de opção e vontade política. Estávamos a falar das alterações climáticas ainda há pouco. O sistema de transportes é determinante para sua a mitigação. O transporte ferroviário é aquele que pode dar um contributo maior na redução de emissões de gases com efeito de estufa e também noutro problema estrutural que referimos que são as assimetrias regionais. Nesta legislatura, por proposta dos Verdes, conseguimos a reposição do transporte diário de passageiros na linha do Leste, uma conquista muitíssimo importante para a região ao nível ambiental, social e económico. Temos consciência de que há três questões fundamentais sobre as quais é preciso agir ao nível da rede ferroviária nacional: a modernização das linhas, o material circulante, porque temos material caduco, e precisamos de mais pessoal, quer na CP, quer na EMEF. Nestas três vertentes era possível ter avançado mais e ter feito um maior investimento. Este governo PS não se conseguiu desligar de uma determinada obsessão pelo défice, que acabou por manter outros défices que temos no país e que tínhamos condições, na nossa perspetiva, para ultrapassar. Os Verdes não defendem o descontrolo das contas públicas, mas para que estas sejam equilibradas é determinante termos a capacidade de gerar riqueza no nosso país, termos atividade produtiva sustentável, que gere postos de trabalho, que gere rendimentos, para que também as populações sejam agentes dinamizadores dessa economia.

### **E relativamente às cidades. Que modelo de gestão é que os Verdes defendem?**

O sistema de transportes é determinante para gerar cidades mais sustentáveis, que devem conseguir libertar-se do transporte individual em massa para garantir uma boa rede de transportes públicos. Nesta legislatura, batalhámos muito pela redução dos preços dos transportes. Conseguimos a dedução da totalidade do IVA pago no passe social em sede de IRS, a reposição do passe 4-18 sem condição de recursos, a reposição do passe sub-23 sem condição de recursos e o passe único com uma redução substancial de preço e que queremos que se estenda a todo o país. Mas há uma outra vertente no âmbito dos transportes que nas cidades faz todo o sentido e deve ser fomentada, que se prende com a mobilidade ativa, que é o uso da bicicleta. E há outras matérias que são determinantes. Ao contrário do que era o pensamento dominante há uns anos atrás, de que a conservação da natureza e da biodiversidade se fazia em nichos do território, hoje sabemos que os espaços urbanos têm essa componente. Temos que avançar rapidamente para soluções como telhados verdes. Esta dimensão é fundamental para a mitigação de um problema global que é a perda brutal da biodiversidade. A natureza e a biodiversidade geram-nos serviços de ecossistema fundamentais que são prestados gratuitamente às populações, como a regulação de cheias, a regulação climática. Nós precisamos da biodiversidade para a nossa sobrevivência e as cidades, curiosamente, podem aí também ter um papel fundamental. \_\_\_\_\_

## LISBOA

## EMEL nos Olivais vai ser referendado



População contesta Junta de Freguesia

A Assembleia de Freguesia dos Olivais, em Lisboa, aprovou na semana passada uma proposta dos moradores para a realização de um referendo local sobre a entrada da EMEL na freguesia.

Em declarações à agência Lusa, Rui Almeida, membro da comissão instaladora da Associação de Moradores dos Olivais, disse que é assim cumprida uma promessa antiga da presidente da Junta, que, em 2013, tinha prometido ouvir os moradores.

“[A autarca] tinha prometido que iria auscultar a

população para a resolução de um referendo local, o que não aconteceu. Os cidadãos estão cientes dos seus direitos. Se ela não o fizer, fazemos nós”, afirmou, explicando que “o referendo é um referendo relativamente à vontade que as pessoas possam expressar quanto à entrada da EMEL” nos Olivais.

De acordo com a presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, Rute Lima (PS), ainda não há data para a realização do referendo, uma vez que as decisões tomadas na assembleia de quarta-feira ainda não che-

garam ao Executivo. “Ainda é prematuro. A sessão foi ontem [quarta-feira]”, disse a autarca, indicando que só após a receção dos documentos é que a Junta de Freguesia irá “encetar os procedimentos legais para dar cumprimento às deliberações” da assembleia.

Na quarta-feira decorreu na Escola Secundária Eça de Queirós, nos Olivais, uma Assembleia de Freguesia extraordinária, a pedido dos cidadãos, para discutirem a entrada da EMEL naquela freguesia, que tem sido muito contestada pelos residentes. Na anterior assembleia, Rute Lima tinha acusado a CDU de instigar à revolta. Nesta, Susana Matos, eleita comunista nos Olivais, afirmou que a CDU estava com a população contra os parquímetros.

Rui Almeida lamentou que os resultados de uma consulta pública realizada sobre a entrada da EMEL nos Olivais não tenham sido divulgados. “[Os resultados] não foram respeitados. Oitenta por cento dos respondentes não considerou possível ou desejável que a EMEL viesse para a freguesia e, ainda assim, a câmara, a presidente da junta e a EMEL entendem que deve operar na freguesia”, realçou à Lusa, acrescentando que “espera há cerca de dois meses” para poder consultar os documentos.

Segundo Rui Almeida, a reunião extraordinária não contou com as presenças da Câmara de Lisboa e da EMEL, considerando estas ausências como uma falta de respeito para com os cidadãos. “[A Câmara Municipal e a EMEL] não respeitaram o movimento de cidadãos, nós fazemos este entendimento”, assinalou, adiantando que todas as propostas apresentadas foram aprovadas por maioria.

A medida de introdução de estacionamento tarifado na freguesia dos Olivais foi anunciada em maio de 2018 pela junta de freguesia e pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), tal como aconteceu noutras freguesias do concelho.



## O sexagésimo quinto artigo

Está na forja, prestes a ser dada por finda e promulgada, a Lei de Bases da Habitação. O artigo 65.º dessa lei refere-se ao “papel do Estado na obrigação de garantir a todos o direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada, em condição de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Numa Lei de Bases, definem-se objetivos gerais e

essa será a razão pela qual no articulado da nova lei os verbos estão no tempo a que agora os gramáticos chamam o futuro imperfeito conjuntivo para que os governos que hão de vir a ser eleitos a coloquem no presente através dos seus programas eleitorais, dos orçamentos que venham a propor e das ações que venham a realizar.

E assim competir-lhes-á promover planos de ordenamento do território, o que significa a existência de dispositivos legais que permitam as “expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de utilidade pública urbanística e que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social”.

Assim seja.

**promover** a construção da “habitação económica e social” em colaboração com as regiões autónomas e autarquias locais

**estimular** a construção privada

**incentivar** e apoiar as iniciativas das comunidades locais

Aqui se observa uma questão que ultrapassa o campo da linguística, pois o douto Dicionário da Academia dá a estas palavras o mesmo sentido (“fazer com que algu-

ma coisa se desenvolva”) e em termos políticos se pode significar tratar de igual forma coisas diferentes visto que, dizem as estatísticas, 98% das habitações construídas no país têm origem privada e somente 2% de iniciativa pública (estatal, regional e municipal) e sobre produção apoiada (sistema cooperativo, associações de moradores, autoconstrução) nada dizem as estatísticas.

Acrescente-se que se qualquer destes sistemas está ligado à produção de habitação, o primeiro rege-se pelas leis do mercado – visa o lucro e dispensa, portanto, em qualquer circunstância, incentivos – os outros visam a superação de uma necessidade básica vital, amplamente sentida pela quase totalidade da população, e exigem, portanto, esforços coletivos, que é como quem diz incentivos estatais.

Em resumo, a carência de habitação é epidémica nas nossas cidades e vilas e o artigo 65.º da nova lei atribui estímulos tanto aos que ganham com a doença como aqueles que dela sofrem.

É injusto, portanto.

Mais justo seria dar estímulos à população e regular e punir a especulação desenfreada.

Francisco da Silva Dias

## Transportes públicos



# Culpas e Desculpas

Segundo notícias vindas a público, há duas declarações de responsáveis no governo relativas aos problemas com que se debatem os utentes dos transportes públicos que importa registar.

Um pedido de desculpas pelos incómodos diários sofridos e o reconhecimento de que o planeamento ferroviário de 2016 foi ambicioso e irrealista, sofrendo o país de uma deficiência grave em termos de engenharia e projeto.

Pedir desculpa, sendo positivo, pois é o reconhecimento da culpa, não basta. É necessário demonstrar que se pretende inverter o procedimento que originou a culpa.

Infelizmente, a realidade, até agora, mostra que se trata de uma tentativa de apaziguar os protestos e não de sincero arrependimento dos males causados a quem tem de usar os transportes públicos no seu dia-a-dia.

Já estão a ser preparados, nas empresas, os concursos para aquisição do material circulante em falta e do que ficará obsoleto a curto prazo? Só se envolvidos em segredo.

A admissão de trabalhadores em falta, para dar resposta ao serviço de exploração e para manutenção, reparação e reabilitação de material circulante, há muito reclamada por utentes e estruturas dos trabalhadores continuam por fazer, apesar das constantes promessas.

Portanto não há desculpa.

Quanto à ambição no planeamento, o verdadeiro nome é propaganda na comunicação social, para dar a ideia de que os problemas estão a ser resolvidos, o que não acontecendo tem o seu reverso.

O défice na engenharia ferroviária é real, mas também tem responsáveis.

Durante cinco anos, não houve projeto, além de pequenos empreendimentos, qualquer investimento digno desse nome, o que levou a um vazio.

No entanto, aquele facto não foi só por si a razão desse défice. Neste século, por reformas normais e antecipadas por iniciativa e aliciamento das empresas do setor ferroviário, foram muitas dezenas (talvez centenas) de técnicos que deixaram as empresas, sem que uma nova geração tivesse tido oportunidade de pegar no testemunho do saber fazer para dar continuidade e também novos passos no desenvolvimento das diversas especialidades.

Tudo isto tem culpados que são os que estiveram à frente da ação governativa no período da degradação, que já vai longo.

Não venham pedir desculpa!

Rego Mendes

## AMADORA



Morador observa demolições no bairro da Quinta da Lage

# Crianças voltam da escola e encontram casa demolida

Várias crianças da Quinta da Lage, na Amadora, foram para a escola como todos os dias e quando voltaram não tinham casa. A Câmara Municipal, presidida por Carla Tavares, do PS, deu a ordem de demolir as habitações argumentando que tinha chegado a acordo com os moradores. Mas no local, Rita Rato, deputada do PCP, desmentiu a autarca. A eleita comunista, que assistiu às demolições, afirmou ao AbrilAbril, nesse dia, que os moradores foram apanhados desprevenidos e não sabiam para onde ir. “Trata-se de famílias com crianças que foram surpreendidas com esta decisão desumana e inaceitável por parte da presidente da Câmara Municipal da Amadora, e que não têm para onde ir”, denunciou. “As crianças foram normalmente para a escola de manhã e no fim do dia já não tinham casa”, esclareceu a deputada.

As demolições no Bairro da Quinta da Lage provocaram críticas e a preocupação em deputados de vários partidos, antes do início da votação indiciária, num grupo de trabalho, da Lei de Bases da Habitação, na Assembleia da República.

“Neste momento há uma força policial a ocupar o bairro, a promover despejos e demolições”, o que é “lamentável”, e acontece “dias depois de termos inaugurado a exposição e no dia em que o Presidente da República visita Cabo Verde e faz referências às comunidades que vivem em Portugal”, afirmou Pedro Soares, do Bloco de Esquerda.

Helena Roseta destacou que a situação das demolições na Quinta da Lage tinha sido transmitida à Procuradoria de Justiça e que foi dado conhecimento ao presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, apesar de este “não poder intervir diretamente”.

Vários deputados da mesma cor que a autarca da Amadora criticaram também as demolições. Hugo Pires, deputado do PS e coordenador do grupo de trabalho, explicou que a presidente de câmara da Amadora já tinha garantido que “ninguém seria despejado sem uma alternativa de habitação adequada”, mas deixou claro que “o PS preferia que a comunidade ficasse junta porque há laços de vizinhança”, e que “não se façam realojamentos de pesca à linha”.

A *Voz do Operário* sabe que este assunto tem sido tema recorrente na Assembleia Municipal da Amadora e que a autarca já foi confrontada diretamente ali pelos moradores. Numa das sessões, o presidente daquele órgão, também do PS, interrompeu a sessão e mandou esvaziar a parte reservada aos munícipes onde dezenas de moradores da Quinta da Lage protestavam.

A Quinta da Lage é um dos 35 bairros do concelho da Amadora recenseados no Programa Especial de Realojamento (PER). Ali vivem cerca de 400 famílias e a maioria não se encontra abrangida pelo PER, uma vez que este instrumento não recebe novos registos desde 1993.

## TRABALHO

# Manifestação a 10 de julho contra “atentado” aos trabalhadores

É um clássico ao qual o governo liderado por António Costa não escapa. O executivo PS pretende ver aprovadas na Assembleia da República as alterações à legislação laboral num momento em que boa parte dos portugueses vão a banhos. Esta é uma das queixas da CGTP que considera “inaceitável que o governo tente aprovar, em período de férias, a sua proposta de lei”. Por isso, anunciou aos jornalistas, em conferência de imprensa, uma manifestação nacional para 10 de julho em Lisboa contra a intenção governamental que recebeu o apoio das organizações patronais e da UGT.

“Apesar dos avanços alcançados com a luta dos trabalhadores, no quadro da nova relação de forças existente na Assembleia da República, [...] subsistem problemas dos trabalhadores» que não são resolvidos por parte do Governo, afirmou a central sindical, no dia anterior, quando acusou o PS de se manter ao lado da direita e do “grande capital” naquilo que é “estratégico e estrutural”.

A CGTP apelou, desta forma, à participação geral dos trabalhadores numa ação de protesto que consideraram importante para impedir que se apliquem medidas gravosas como o alargamento do período experimental de 90 para 180 dias dos contratos sem termo celebrados com trabalhadores à procura de primeiro emprego ou em situação de desemprego de longa duração. Por sua vez, nos contratos de muito curta duração, passa de 15 para 35 dias e são alargados a mais sectores. A central sindical contesta ainda a legitimação da precariedade a empresas que tenham excesso de rotatividade e que ficam obrigadas a pagar uma taxa à Segurança Social.



CGTP: Precariedade vai aumentar com nova lei laboral

A Intersindical Nacional decidiu também convocar todos os seus ativistas para estarem presentes nas galerias da Assembleia da República no dia em que vai ter lugar a votação daquela proposta.

“O país precisa de dar um salto no desenvolvimento económico e social, de fazer a efectiva ruptura com a política de direita, de se libertar dos constrangimentos que condenam os trabalhadores à pobreza”, defendem os sindicalistas que aproveitaram para salientar a “importância” das eleições legislativas de 6 de outubro. A CGTP considera que a ida às urnas se reveste “de elevada importância e constituem um momento decisivo” para “impedir que PS, PSD e CDS retomem o caminho do retrocesso económico, social e laboral”.

## CULTURA

# Greve leva à demissão de administrador da Opart

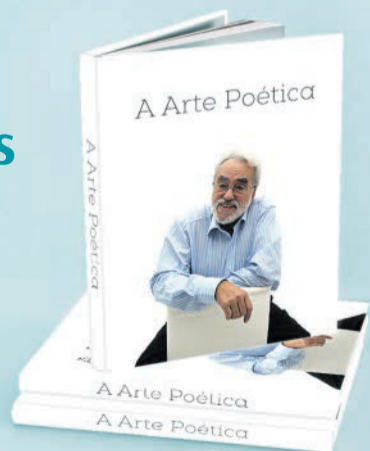
Numa situação incerta, depois da demissão do presidente do conselho de administração do organismo cultural Opart, Carlos Vargas, continua a luta dos trabalhadores da Companhia Nacional de Bailado (CNB) e do Teatro Nacional São Carlos (TNSC), confirmou à *A Voz do Operário* André Albuquerque do CENA-STE. Estes profissionais têm mantido desde 7 de junho várias greves, por questões salariais, que levaram ao cancelamento de vários espetáculos.

Em 2009, e por acordo entre o sindicato e o OPART, os técnicos do TNSC, como parte de um compromisso alargado, aceitaram um vencimento base equiparado ao dos técnicos com funções similares da CNB, mas proporcionalmente inferior visto que estes trabalhavam 40 horas semanais e os do TNSC 35 horas semanais.

A redução do horário de trabalho dos técnicos da CNB, decidida em setembro de 2017, para as 35 horas semanais, vinha impor a resolução da diferença salarial.

Em março, depois de uma reunião do conselho de administração do OPART com os representantes sindicais, os trabalhadores do TNSC e da CNB foram informados de que a harmonização salarial seria processada nesse mês. Mas em maio, foi dito que entraria em vigor apenas em 2020. Perante a luta pela resolução imediata do problema, como acordado, o governo anunciou que em vez de corrigir a injustiça e aprovar as 35 horas para as duas estruturas vai aumentar para a carga horária da CNB para as 40 horas semanais. Decisão que levou o CENA-STE a anunciar que vai avançar judicialmente contra a decisão enquanto prosseguem as paralisações.

## A VOZ dos livros



### **A Arte Poética, de Fernando Tavares Marques**

O modo poético de Fernando Tavares Marques (actor e poeta), tem, logo como afirmação identitária, uma característica fecunda e hoje rara: é genuína. Uma poesia que, ao contrário das pessoas derivações, não nos manda, a nós leitores, sentir: o poeta sente e investe no que escreve e, nessa intimidade conjuntiva do sentir, faz de nós cúmplices. E vai, na sua dispersão estética, às funduras do género percorrendo, até à con-

temporaneidade, vários estilos e influências, diversos modos de abordagem do fenómeno poético. Das “cantigas de escárnio e maldizer” (que, no expressivo teatral, percorre o pícaro vicentino), de que registo esse delirante (de humor, de ritmo, de excesso prosódico) que é “Fábula do Passarinho”, a lembrar, no seu desarmante final, a poesia satírica de João de Deus, até ao lirismo da mais pura água desse magnífico poema que é “Invenção de Mim”, que permitiu a Vitorino d’Almeida e a Carlos do Carmo um dos momentos mais altos do disco que os juntou a Maria João Pires.

A poesia de Fernando T. Marques é, igualmente, uma poesia que acerta o passo, que está em consonância com o seu, dele e nosso, tempo, que o inquire, que nele mergulha para lhe denunciar o lodo, as inverdades, o sabujo acre que o invade. Poesia que é, mesmo quando se modela em lampejos íntimos, metafísicos harpejos, determinada, denunciadora, interventiva.

Desde os poemas de 1975, nos quais o *Eu* se atravessa de modo conjuntivo - é o *Nós* que está presente -, e em grito de coragem e de afirmação se rebela contra as injustiças “Mas (a) ter a certeza de estar certo”, até aos poemas mais intimistas, da entrega e da dádiva. Poesia que, inevitavelmente, sofre influências várias (e quem delas estiver ausente, que atire a primeira pedra - so-

mos todos “ladrões que roubamos a ladrões”) mas que se afirma pela sua expressividade, pela monódia, pelo ritmo febril que reside nesse modo de escrever, quase dialogal, de interacção discursiva, e muito teatral ou, pelo menos, ao Teatro, como arte da comunicação a partir da palavra, se atrela e destina.

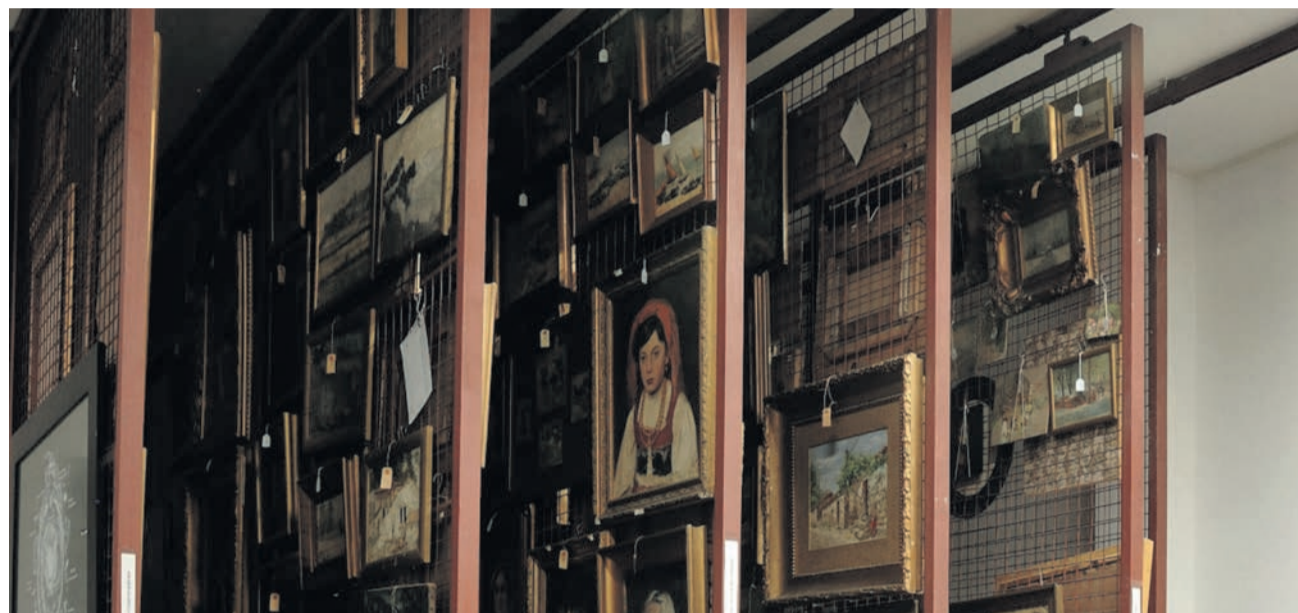
Tavares Marques escreve para dizer, daí que esta fala, a sua intrínseca orgânicidade, seja muito dizível, muito representável. Lemos os seus textos e apetece dizê-los alto, ou cantá-los (em sítio recolhido, claro, para não aticarmos o humor cinzentão da vizinhança). Para isso contribui o modo de construção sintáctica de alguns dos versos, caso do poema “A Natação”, em que o vocábulo **Nada** se repete ao longo do texto, num jogo que se entrelaça exponencial no sentido dos versos anteriores; o poema “Beija-me na Boca”, que repete o verso até à desarmante explosão final - em que um corrosivo humor (marca identitária do Fernando, na qual a sua “arte poética” melhor se afirma), onde a sátira se estabelece desafio, denúncia e combate.

*Impulsos & Motivações*, de Fernando Tavares Marques, c/ilustrações de Fernando Bento - Edição Clube BP

**Domingos Lobo**

## PATRIMÓNIO

# Inventário - Opções e Políticas Públicas no Património Cultural



É essencial que o Estado assuma a sua responsabilidade de salvaguarda do património cultural

## Jorge Carvalho

Há algumas semanas, soubemos através da comunicação social que estão desaparecidas cerca de 170 obras de arte à guarda da Direção Geral do Património Cultural. As obras fazem parte da “Coleção SEC” (Secretaria de Estado da Cultura) – a coleção de arte contemporânea do Ministério da Cultura que foi recolhida ao longo dos últimos 50 anos. A ministra da Cultura, Graça Fonseca, fez saber que as obras não estavam desaparecidas mas, antes, “por localizar”. Significa isto que há fichas de inventário que contabilizam um determinado número de obras, sendo que se desconhece a localização de algumas delas. A coleção conta com um total de 1367 obras de arte, entre pintura, fotografia ou desenho.

As práticas museológicas têm mudado muito nos últimos vinte anos. Do inventário à conservação preventiva das obras de arte, as políticas seguidas pelo Estado, bem como a legislação nacional e internacional, evoluíram e hoje podemos dizer que certos atentados ao património cultural dificilmente se repetirão. Porém, o Estado nem sempre foi zeloso com o seu património e manteve-se o hábito de utilizar obras de arte como se fossem elementos decorativos de gabinetes institucionais. Esta opção, cujo mérito ou legitimidade poderemos discutir, não seria prejudicial se as práticas de inventário tivessem sido consolidadas mais cedo.

Nos últimos anos, a Rede Portuguesa de Museus tem tentado instituir processos de uniformização de inventário, de modo a que se garanta informação tão simples como a localização exata das obras, o seu percurso e o historial. Salvaguardar o património cultural não passa apenas por ter as obras de arte em lugares adequados.

Para assegurar estas práticas são necessários dois recursos fundamentais: provisão pública e trabalhadores qualificados. Inventariar perto de 1500 bens, por exemplo, não é uma tarefa pequena, sobretudo se

estiverem espalhados por locais diferentes. No caso que aqui identificámos trata-se de uma coleção imponente de obras de arte. Mas isto levanta-nos sérias dúvidas sobre a exata localização de bens culturais com menos relevância mediática, à guarda de diversas instituições públicas.

Talvez por isso seja importante percebermos o que é que está conformado na lei portuguesa sobre bens culturais e a sua salvaguarda. A lei 107/2001 – Lei-Quadro do Património Cultural – atribui ao Estado a responsabilidade de salvaguarda do património cultural como “tarefa fundamental”. Para tal, estabelece-se como princípio geral a inventariação, de modo a assegurar-se “o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respetiva identificação”.

Poderíamos conferir o ónus dessa responsabilidade aos técnicos cujas tarefas passam pela incorporação e inventário dos bens culturais. Porém, numa observação mais atenta podemos verificar que as opções das instituições públicas nem sempre passam por aí, havendo cada vez mais preocupações com a divulgação mediática de certas obras. Trata-se, assim, de um problema de opções nas políticas públicas.

Não podemos ter duas velocidades: a de um Estado que legisla com uma determinada filosofia, obedecendo à tendência das convenções internacionais, e a de um Estado que opta por outras prioridades. Não podemos ter um Estado que investe na divulgação e no acesso sem antes investir no inventário, que é a única ferramenta que possibilita a investigação que, por sua vez, permitirá a divulgação estudada, lógica e oportuna do próprio património (por exemplo, em exposições). Não podemos, por fim, ter um Estado cuja lei determina o seu papel de garante da salvaguarda e um Estado que permite aos indivíduos que vão passando pelos cargos que se apropriem de obras para decorar os seus gabinetes sem que isso fique devidamente registado.

## EDUCAÇÃO

# Desigualdade no acesso ao Superior

De acordo com um estudo do *think tank* da Fundação Belmiro de Azevedo, Edulog, os alunos de famílias mais favorecidas entram nos cursos de maior prestígio enquanto que os mais pobres, maioritariamente, para os politécnicos. A investigação refere que para que um estudante seja capaz de alcançar as notas de ingresso, mais elevadas, por norma, nos cursos de prestígio, a capacidade financeira da família é determinante.

Os critérios usados na análise do Edulog à equidade do acesso ao ensino superior foram as qualificações dos pais e mães dos estudantes e a percentagem de alunos que recebem bolsas de acção social – que são em norma os mais desfavorecidos – em cada curso.

O estudo usa um dos exemplos mais claros da seletividade socioeconómica no acesso aos cursos do ensino superior, o acesso à área da Saúde. São 73,2% os estudantes de Medicina que são filhos de pais e mães que concluíram o ensino superior, ao passo que 73% dos estudantes de Enfermagem são filhos de pais com qualificações inferiores – ensino secundário ou menos.

Na Universidade do Minho quem estuda para ser médico vem de agregados familiares bastante mais qualificados (56% das mães têm o ensino superior) do que os colegas de Enfermagem (onde apenas 20% das progenitoras têm este nível de qualificação).

A conclusão é a mesma se forem comparados os alunos de Medicina da Universidade de Coimbra (63% de mães com o ensino superior) e os da Escola Superior de Enfermagem da mesma cidade (24%).

Notícia o Público que esta análise é também confirmada quando se observa o número de bolseiros de acção social em cada curso superior. Apenas 15% dos estudantes inscritos em Medicina vêm de agregados familiares mais pobres. Pelo contrário, 40,4% dos alunos de Enfermagem recebem apoio do Estado para estudar.

Nas universidades, menos de 30% (28,1%) são bolseiros. Nos politécnicos esse valor é superior em quase dez pontos percentuais (37,4%).

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária  
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%  
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa

Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa

T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

## BRASIL



Ricardo Stuckert, Vigília Lula Livre, Curitiba

# “Ásperos Tempos”: a sombra da ditadura e o colapso das instituições

Já se fala no maior escândalo de sempre na curta Democracia Brasileira.

Sérgio Moro é acusado de manobrar a prisão de Lula da Silva em troca da ascensão política. A analista Aline Piva denuncia uma “ditadura” encapotada.

## Teresa Camarão

À época da prisão do insurreto Luís Carlos Prestes, nos anos 30, Jorge Amado escrevia que o Brasil estava atrás das grades. Eram “ásperos tempos” num país condenado a viver períodos alternados de “república da espada”, ditadura militar ou ditadura com o apoio dos militares. Hoje, são “ásperos tempos” que escancaram as interferências de um juiz de primeira instância do Paraná, atual ministro da Justiça, na investigação que culminou na prisão do Presidente que acabou o segundo mandato com 87% de aprovação, na maior taxa do gênero da história do Brasil e do mundo. Eventual vencedor das presidenciais que elegeram a extrema-direita de Jair Bolsonaro, Luíz Inácio da Silva entrou candidato e líder de todas as sondagens na solitária de 15 metros quadrados da Polícia Federal de Curitiba. O mesmo tribunal que, nos últimos dias, perante a divulgação de parte das mensagens que comprometem a imparcialidade da Lava Jato, resolveu mantê-lo encarcerado, impediu-o de entrar na corrida. É o do “grande acordo nacio-

nal”, “com o Supremo com tudo”, citado na gravação da conversa entre o senador Roberto Jucá do PMDB de Michel Temer e o empresário Sérgio Machado que, na tentativa de “estancar a sangria” das investigações de corrupção na Petrobrás que acabariam por lhe bater à porta, deu certezas à teoria de golpe que cresceu lado a lado com o processo de destituição de Dilma Rousseff. É o mesmo Supremo Tribunal de Luís Fux, homem de confiança de Sérgio Moro, segundo o desdobramento jornalístico que o The Intercept Brasil acrescentou à mega operação que continua a abalar as estruturas do país.

## “Cultura do ódio”

Nem o prêmio Camões está disposto a ver no que dá. Aos 75 anos, Chico Buarque pediu visto de longa duração para escrever em Paris, longe da iminente crise sistêmica agravada pela divulgação das mensagens trocadas entre Moro e Deltan Dallagnol, procurador da Lava Jato. Em entrevista ao Le Monde, o compositor de vários hinos da resistência ao regime militar derrubado há 30 anos,

denuncia “a cultura do ódio” da era Bolsonaro mas recusa compará-la a 1969 quando se exilou, pela primeira vez, na Europa, “com perseguição concreta e direta aos artistas”. Nessa altura, Vinícius de Moraes ter-lhe-á dito “quando voltar, volte fazendo barulho”. Foi o rastilho do ‘Apesar de Você’ e do “Meu Caro Amigo” que alfinetava a censura nos correios. A julgar, pelas cartas enviadas por Lula da prisão que o cantor ajudou a ler há dias num teatro da capital francesa, continua a ser. Detido em abril de 2018, o ex-presidente anda de recurso em recurso a exigir liberdade. Condenado por corrupção, sem que a acusação tivesse conseguido demonstrar que é proprietário do triplex do Guarujá, alegadamente oferecido como suborno por uma construtora, deixou de pedir “provas” quando o apartamento foi dado como contrapartida pela empreiteira OAS noutro processo em que a empresa, condenada, abriu falência e transferiu a casa para outra construtora. Estávamos em 2017, entre a primeira condenação a nove anos proferida por Sérgio Moro e a revisão da pena para mais de 12 anos do colectivo do TRF-4.

Desde então, o metalúrgico entregou-se às autoridades determinado a provar a inocência no processo em que se diz alvo de uma condenação política. O terramoto com epicentro nas reportagens do jornalista Glenn Greenwald do The Intercept que mostram que Sérgio Moro coordenou e interferiu nas investigações, dando orientações explícitas e apontando caminhos aos procuradores são, na interpretação da brasileira e analista de política internacional, Aline Piva, a “evidência do caráter judicial das novas ditaduras que estão nascendo na América Latina”. Em conversa com *A Voz do Operário*, a professora universitária diz que a implicação imediata da investigação jornalística conhecida como Vaza Jato “é a confirmação de que estamos diante de um processo político e não de um caso judicial ou de combate à corrupção”.

## Vaza Jato

Jair Bolsonaro não só condecorou Sérgio Moro, como celebrou nas redes sociais, a recente decisão do STF que adiou para depois das férias judiciais, em agosto, a apreciação do Habeas Corpus interposto ainda no ano passado, pela defesa de Lula que acusa o ministro da Justiça de ter orientado a Lava Jato em benefício próprio. No Brasil, “o que é da justiça, não é só da justiça”. O The Intercept mostra que o Ministério Público tentou impedir entrevistas de Lula “por medo que ajudasse a eleger Haddad”. Denuncia a confiança de Moro no juiz do STF, Luís Fux que haveria de proibir as ditas entrevistas, alegando que “a desinformação do eleitor compromete a escolha de mandatários de qualidade”. Ouvido no Senado, Moro convida o “site a apresentar tudo o que tem”. Não abandona o governo porque não vê irregularidades. “Moro ganhou a pasta como recompensa pelos “trabalhos prestados”, explica Aline. “O apoio popular de Moro, apesar de ter diminuído, está muito ligado à guerra mediática. Elevar a corrupção, encarnada em Lula e no PT, como o maior inimigo da nação, e colocar Moro como o bastião do combate a esse inimigo é uma narrativa consolidada”, continua a analista que não confia, para já, numa anulação da condenação do ex-presidente. “Seria reconhecer que o Judiciário manobrou de forma descarada para levar adiante uma agenda política contrária aos interesses dos brasileiros”, sublinha. Mesmo a ala militar saiu em defesa de Moro. Os oito ministros, mais do que em qualquer governo do regime militar, alinharam na propaganda do uso indevido das mensagens e, mantêm-se de pedra e cal. “Já ocupam espaços-chave dentro do governo, e podem ditar os rumos do país sem o custo político de escancaram que o país vive efetivamente sob o domínio de uma ditadura militar”, denuncia Aline Piva.

## MÚSICA

# Northern Soul: a dança das jovens

Tiago Santos, músico

Ao longo da história da música popular foram as massas em movimento, na dança, que fizeram romper as definições culturais de estilos, essas idealizações estáticas que dificilmente suportam a exposição à realidade juvenil, sempre sequiosa de uma identidade num mundo que não sentem como seu. Mas para simplificar a comunicação, continuamos a usar hoje para descrever a insubmissa *soul* operária, explosiva e capaz de incendiar pistas de dança mais de 50 anos depois das suas gravações originais, um nome que ainda faz arder paixões, *northern soul*.

Reza a lenda que o termo nasceu na loja de discos Soul City de Londres, nos inícios da década de 70. Para descrever o estilo de música que os fãs de futebol dos clubes do norte procuravam, quando visitavam Londres e a sua loja, o também jornalista David Godin sintetizou a preferência dessa sua clientela pela *soul* americana de meados de 60 numa insígnia que ainda hoje é sinónimo de paixão e comunhão, dançando noite fora, debaixo de grande música.

Em Londres, se queres gerir uma loja de discos, tempo é dinheiro. E para que os seus empregados não se perdessem em sugestões dos últimos êxitos das listas de vendas americanas, Dave Godin resumia como *northern soul* aquela música negra e fortemente ritmada, altamente dançável e inspirada na estética musical da editora Motown, a famosa editora de Detroit.

A fustigada capital da indústria automóvel norte-americana produziu sempre da melhor música popular e urbana do século XX. Devido às suas origens operárias e negra, a sua música tanto deve ao encanto das melodias como do ritmo, numa tradição musical que se estende ao longo do tempo até aos dias de hoje. Talvez não seja por isso tão improvável que, anos mais tarde, viesse a encontrar numa geração de “jovens almas rebeldes” das cidades industriais como Birmingham ou Manchester, o



O movimento nasceu nas cidades industriais no UK

reavivar de uma fé pelos jovens operários brancos de um fenómeno musical que ainda hoje deixa as suas marcas na sub-cultura juvenil, alicerçado no poder da *soul* negra americana da década de 60 e no prazer da dança e da comunhão colectiva.

Nascia a *northern soul*. Um fenómeno que se precipitou quando os jovens operários das cidades industriais do norte de Inglaterra se apropriaram da música negra de 60 para dançar toda a noite depois de uma semana de trabalho.

Baixos salários, desprezo social dos governos e instituições e uma busca de identidade própria arrastaram estes “zé ninguém” do Reino Unido para uma arena de sonhos transpirados numa noite de sábado, em piruetas acrobáticas, agressivos passos de dança, saltos e expressões dramáticos de indivíduos unidos por uma só fé, a música *soul*.

De um só golpe, criavam um movimento único, com a sua própria música, os seus códigos de indumentária, símbolos e locais próprios de culto, o clube, onde dançavam *soul* toda a noite e se identificavam através da dança, nos seus *badgets* de amor ao movimento e aos clubes que o representavam. Nascia ali a cultura do clube, a raiz do movimento clandestino da cultura rave das décadas de 80 e 90.

A chamada “música negra”, expressão que reúne de forma simples, brutal e redutora toda a genealogia que vai de Louis Armstrong a James Brown e segue depois de Grandmaster Flash, Kool Herc e Afrika Bambaata até aos dias de hoje, seguiu como seria de esperar com as transformações tecnológicas, uma evolução mais ao menos linear. A *northern soul*, na década de 70, foi um fenómeno estranho que fez alterar a normalidade evolutiva dessa espécie musical. Mais uma vez, a realidade subverteu as regras e explodiu com as convenções, lançando as sementes para o fenómeno global da música de dança que ainda hoje arrasta milhões de jovens de todo o mundo e a criação da figura central do DJ no epicentro desse movimento. Os tempos mudaram e com ele também as danças, mas a fé no poder redentor e explosivo da música *soul* mantém-se.

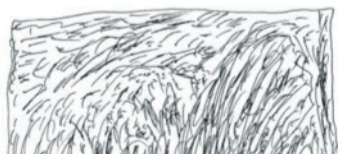
## 10 hinos para manter a fé!

Frank Wilson - Do I Love You  
Gloria Jones - Tainted Love  
Terry Callier - Ordinary Joe  
Lou Pride - Im coming Home in the Morning  
Chuck Wood - Seven Days Too Long  
Shirley Ellis - Soul Time  
Don Thomas - Come on Train  
The Marveillos - I Need you  
The Four Tops - Something About You  
Jackie Wilson - Higher and Higher

## Sugestões culturais:

Despachos, de Michael Herr  
Antígona

### DESPACHOS



“Obra acolhida pelo público como um fresco genuíno da guerra [do Vietnam], nela transparece, com frieza e lucidez, o retrato das pulsões mais íntimas do combatente. Implacável, Herr diz-nos sempre o que não queremos ouvir, confronta-nos com os nossos fantasmas e deixa-nos sem fôlego. Pondo a nu a dimensão absurda e monstruosa do espírito belicista, Despachos denuncia a incompreensão e o ressentimento norte-americanos perante o inconquistável.”

Noite das Estrelas  
Praia da Azarujinha



Na noite de 6 de julho, a partir das 21h, irá decorrer mais uma observação astronómica, com especial enfoque nos anéis e luas do planeta Saturno, as calotas polares de Marte e outros objetos celestes. Como é hábito na Noite das Estrelas, a iluminação pública será temporariamente desligada para minimizar a poluição luminosa. A observação depende da existência de condições meteorológicas favoráveis. Participação livre.

Ciclo 25 X Buñuel  
Espaço Nimas



De 11 de julho a 7 de agosto decorre um ciclo de cinema dedicado ao cineasta surrealista, no qual se dará particular enfoque ao “período mexicano”, mas passando também por obras incontornáveis como Un Chien Andalou (codirigido com Salvador Dalí) ou Belle de Jour. Serão 25 filmes, acompanhados de uma programação paralela com sessões comentadas, ou a leitura da peça surrealista Hamlet, Tragédia Cómica, apresentada na versão portuguesa de Mário Cesariny.

MADE IN CHINA  
Museu da Marioneta



A exposição estará patente de 28 de junho a 1 de setembro. “A marioneta é animada na China desde tempos imemoriais. A vasta tradição de teatro de marionetas chinês abrange diferentes tipos de marionetas e formas de manipulação e agrega várias áreas artísticas, como o canto, a ópera, a literatura, as artes plásticas e o artesanato.” Entrada livre.

## VOZ



## O sindicalista Alberto Monteiro: um fundador do PCP n'A Voz do Operário

Luís Carvalho, investigador

No dia 22 de Maio de 1955 o jornal *A Voz do Operário* perdeu um precioso colaborador: faleceu Alberto Monteiro, aos 69 anos de idade, vítima de doença prolongada.

Além dos artigos que aqui escrevia, ele mantinha um papel activo no associativismo popular: era presidente das assembleias gerais da cooperativa Caixa Económica Operária e da associação Casa de Repouso dos Alfaiates de Portugal. Era ainda dirigente da Federação das Sociedades de Educação e Recreio.

Na década de 1940 ele tinha sido presidente da assembleia geral d'A Voz do Operário, entre outras funções. Mas no contexto da repressão e censura que então se vivia em Portugal, a imprensa da época não falou do resto...

### Dirigente da CGT

Esse contexto de uma ditadura fascista silenciou que entre 1919 e 1926 Alberto Monteiro tinha tido um destacado papel na história do sindicalismo em Portugal, pela sua acção como secretário-geral da União de Sindicatos Operários de Lisboa e como dirigente da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Foram então inúmeras as suas intervenções em congressos e comícios operários.

Silenciou também que em 1921 Alberto Monteiro participou na fundação do Partido Comunista Português (PCP) e foi seu dirigente eleito no primeiro congresso (em 1923) ao lado do secretário-geral Carlos Rates. Já antes, em 1919, ele se tinha salientado como colaborador do jornal *Bandeira Vermelha*, órgão da Federação Maximalista Portuguesa, estrutura embrião do PCP.

Silenciou ainda que Alberto Monteiro foi um resistente anti-fascista desde a primeira hora. Logo quando se deu o golpe militar de 28 de Maio de 1926 foi ele quem presidiu ao comício operário de protesto contra a ditadura que se realizou em Lisboa. Depois, durante o período de ditadura militar, esteve na linha da frente da defesa da liberdade sindical. Em 1930 foi um dos fundadores da Comissão Inter-Sindical, ao lado de Bento Gonçalves, novo secretário-geral do PCP.

Em Outubro de 1930, um informador da polícia de-

nunciava Alberto Monteiro como “um dos comunistas mais em evidência”, que era “muito esperto e difícil de comprometer”.

### Preso político

Em 26 de agosto de 1931 Alberto Monteiro terá estado envolvido naquela que foi a última grande revolta armada contra a ditadura em Lisboa, antes do 25 de abril. Foi então preso e imediatamente deportado para a “colónia mais distante”: Timor Leste.

Regressado a casa, em Lisboa, em 1933, voltou a ser preso político em 1935. ‘Passou’ dessa vez pelo Aljube e esteve um ano encarcerado no Forte de Peniche, de onde saiu em 1936.

Em 1937 voltou a ser preso, ‘conhecendo’ desta vez o reduto norte do Forte de Caxias, de onde saiu em 1938.

Foi depois deste percurso que Alberto Monteiro se empenhou n'A Voz do Operário. É neste aspecto um exemplo do conjunto de velhos sindicalistas, de diferentes correntes (anarquistas, comunistas, socialistas) que durante a ditadura aqui se mantiveram organizados e activos até ao final da vida ou enquanto a saúde lhes permitiu.

### Alfaiate

Natural de Lisboa, alfaiate e filho de um alfaiate, Alberto Monteiro começou por se salientar como militante no sindicato de operários alfaiates de Lisboa. Este sindicato denotou até 1919 uma influência do antigo Partido Socialista Português mas depois parece ter-se radicalizado, dele saindo vários destacados quadros do PCP nas décadas de 1920 e 30: não apenas Alberto Monteiro mas também Ernesto Bonifácio (que faleceu ainda jovem em 1929), Artur Crescêncio Teixeira (que foi prisioneiro no Campo de Concentração do Tarrafal entre 1937 e 1944) e Manuel Guilherme de Almeida (que foi preso político em 1931, 1935, 1943, 1956 e 1963).

Um dos últimos artigos que Alberto Monteiro publicou n'A Voz do Operário, em 1954, foi para prestar homenagem ao seu falecido amigo Raul Esteves dos Santos, antigo presidente da direcção d'A Voz e democrata republicano que também foi preso pela PIDE em 1947.

## A Voz do Operário há 100 anos

### O movimento operário

Tendo encarecido extraordinariamente a vida, as diversas classes salarizadas continuam em luta contra os seus inimigos - os patrões.

À hora em que o nosso jornal vae para a machina, mantem-se a greve da Companhia União Fabril, que dura ha mais d'um mez; a greve dos marceneiros, que tambem dura ha perto d'um mez; a dos typographos, nas casas onde os industriaes, por um egoismo condemnavel, se negam a accetar o convenio de trabalho, offerecendo uns aumentos irrisorios; a dos ferro-viarios, que declararam a sua greve geral, e muitas outras classes, que se mantem nobre e altivamente na defesa dos interesses operarios.

A estas greves é possivel que outras se sigam. Não teem querido os governos, de uma cobardia enorme perante os capitalistas, pôr cobro á ganancia desmedida do commercio. D'ahi a necessidade do operariado recorrer ao aumento dos seus salarios, para fazer face ás deploraveis contingencias da vida.

A Voz do Operario, jornal cuja redacção sempre se tem mantido na defesa dos interesses trabalhadores, acompanha em espirito todos esses movimentos, saúda os camaradas que no terreno da luta se mantem e estygmatisa severamente todos aquelles que obstinadamente se negam a satisfazer as reclamações operarias.

### Os typographos da C.P.

A commissão executiva da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes, na sua sessão de 18 de junho, indeferiu o pedido que os typographos da sua officina lhe dirigiram para serem incorporados no quadro do pessoal e acabar-se com o systema de arrematação dos impressos.

Para se avaliar a sem rasão da recusa da commissão executiva, basta dizer que o proprio engenheiro chefe do serviço a que a typographia está annexa, é de opinião que a Companhia ha muito devia ter satisfeito a antiga aspiração dos nossos camaradas graphicos, que ha tantos annos ali trabalham - alguns ha quasi 30 annos! O pessoal de que estamos fallando - ao todo 16 homens - é o único, entre 6:000 ou mais, que a Companhia mantém em tão extranha situação. Installado na respectiva officina, na estação de Santa Apolonia, só executa trabalhos para a Companhia, e, não obstante, ella considera-o como extranho e dá-lhe menos regalias do que ao mais boçal carregador ao fim de seis mezes de admittido!

6 de julho de 1919